



Começa Júri de papai noel; avô da vítima é suspeito

Começa no próximo dia 10 de julho o julgamento do policial militar José Benedito da Silva que, disfarçado de Papai Noel, se aproximou de uma moça como se fosse recolher um donativo e lhe desferiu quatro tiros. O julgamento será feito no 1º Tribunal do Júri de São Paulo. O Ministério Público, representado pelo promotor Roberto Tardelli, vai oferecer delação premiada, na tentativa de obter do PM a confissão de que a ordem de morte teria partido do próprio avô da vítima, o empresário Nicolau Archilla Galan, de Sorocaba.

Em dezembro de 2001, a publicitária Renata Guimarães Archilla, então com 22 anos de idade, estava parada em um semáforo, numa avenida do Morumbi, Zona Sul de São Paulo. Um homem vestido de Papai Noel se aproximou do carro, sacou de uma arma semi-automática e disparou quatro vezes contra ela.

Dos quatro disparados, três tiros atingiram o rosto da publicitária. Ela lembra que, ainda socorrida no carro da polícia, olhou-se no retrovisor e viu que tinha uma perfuração na bochecha, além de ter a mandíbula e maxilar quebrados e a língua dilacerada.

A publicitária recebeu a reportagem da revista **Consultor Jurídico**, na casa de um parente, na zona sul de São Paulo para contar o caso. Ela ainda trás uma bala irremovível, alojada no pescoço. Sofreu pelo menos uma dúzia de cirurgias.

Ameaça gravada

Renata Archilla começa a narrar sua história usando uma máscara de dentista para lhe esconder as marcas deixadas pelos projéteis. “Minha mãe vinha de uma família de classe média alta, mas meu pai era de classe alta. Meu pai vem de uma família para quem o dinheiro é o mais importante de tudo. Meu avô não queria que meu pai assumisse minha paternidade. Me submeti esses anos todos, desde 1979, a uns seis testes de DNA. Todos deram positivos. Tive vários problemas de não pagamento de pensão. Mas quando eu tinha 16 anos, e minha mãe morreu de câncer, meu pai passou a me ligar. Teve um ano em que as pensões atrasadas totalizavam R\$ 25 mil. Meu avô me ligou em 1999. Disse — e eu tenho essa gravação — que se eu não retirasse as ações contra meu pai na Justiça algo iria me acontecer”.

Sobre o dia do ataque. “Era uma segunda-feira, oito e meia da manhã, de dezembro de 2001. Eu estava indo para a agência de publicidade Click, onde trabalhava. Meu carro era o terceiro da fila do meio. Eu sempre passava ali, sempre, e comprava flanelas das meninas de rua. Vi um homem vestido de Papai Noel, que eu nunca vira ali. Ele ofereceu balas para um carro, aí veio direto para o meu. Intuí que era um assalto: desliguei o som. Subi os vidros. Escondi a bolsa. Ele olhou para mim, sacou uma pistola. O insulfilme salvou minha vida, ele não sabia onde estava atirando. Levei o primeiro tiro, foram 3 no rosto e um no pulso. Levei o primeiro tiro, vi estrelas, vi tudo negro, pus mão no olho para ver se eu ainda estava viva. Aí o segundo tiro pegou na minha mão. O terceiro tiro pegou na minha boca. No quarto, a arma dele falhou”.

Renata passou 45 dias no hospital. O motorista de sua médica conversou com um vizinho da casa do



crime, que disse ter anotado a placa do carro em que entrara o Papai Noel. Daí chegaram ao PM.

“Tenho certeza de que quem mandou me matar foi meu avô, o PM até trabalhou no haras de meu pai em Sorocaba. Jamais recebi um telefonema da família de meu pai desde 1999.”

Testemunha contraditória

O caso é cheio de contradições por parte da principal testemunha do crime, o gerente do Motel Desirée, na zona sul de São Paulo, Lindomar Uchoa. Renata Archilla conta que “ele não tinha comparecido na primeira audiência, que por isso foi adiada. Mas logo após o adiamento do julgamento, no dia 20 de fevereiro, ele foi adiado. Ele presenciou o fato e reconheceu sem sombra de dúvida o PM na delegacia. Em audiência, disse que havia 60% a 70% de chances de ser ele. No primeiro júri, disse que não era o PM, pois ele era muito baixo. Foi retirado do júri e encaminhado a uma sala, com direito a se retratar até o fim do julgamento sob pena de falso testemunho. Depois de duas horas, ele pediu para se retratar, voltou, olhou para todos e disse que não tinha nada para falar e saiu”.

Sobre o PM acusado do crime, Renata diz que “o cara foi excluído da PM, na execução do processo consta ex-PM. A execução corre na Justiça Militar, é uma condenação de três anos em regime semi-aberto. Por isso ele está em Sorocaba, onde mora, progrediu para o regime aberto (albergue domiciliar). A condenação é da Justiça comum, só a execução corre na Justiça Militar (porque era PM à época da condenação). Apesar de ele ter muitos processos de homicídios, todos estão arquivados.

Processo: 052.02.501-8

Apelação: 453.864-3/2.00

Date Created

06/07/2006